



Alfabetização midiática como instrumento da pedagogia social no processo de socialização de pessoas em momento de egresso do sistema prisional

Media literacy as a instrument of social pedagogy in the process of socializing people at the time of leaving the prison system

Marta Soares da Silva¹
Cláudia Maria Costa Dias²

Resumo: O presente texto divulga parte da pesquisa de mestrado, que buscou responder como promover a liberdade de expressão com pessoas em momento de egresso do sistema prisional. O objetivo foi experienciar o exercício da Pedagogia Social, valendo-se do instrumento de alfabetização midiática e informacional para a promoção da liberdade de expressão do egresso do sistema prisional, na finalidade de ser um auxílio em seu processo de socialização. Para tanto, a construção dos dados empíricos se deu pela pesquisa-ação, e foi feita no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp, do município de Uberaba/MG, por meio de oficinas mediadas com colaboradores que abordaram a construção de um jornal, como caminho dialógico de contrapor o discurso hegemônico no palco de disputa simbólico produzidos pela cultura midiática. Neste texto optou-se pelo recorte da pesquisa, o qual diz respeito à última oficina, na qual os colaboradores apresentaram suas notícias que foram sendo construídas durante as oficinas anteriores. Os resultados evidenciaram que a Pedagogia Social, junto com a alfabetização midiática, são um caminho possível a liberdade de expressão de pessoas em momento de egresso do sistema prisional, uma vez que os colaboradores buscaram inserir suas palavras e reconquistaram este direito negado por meio da construção de notícias que representavam a si.

Palavras – Chave: Pedagogia Social; Alfabetização Midiática e Informacional; Egresso do Sistema Prisional; Processo de Socialização.

Abstract: The present text discloses part of the master's research, which sought to answer how to promote freedom of expression with people in the moment of egress from the prison system. The objective was to experience the exercise of Social Pedagogy, using the instrument of media and information literacy to promote freedom of expression for those leaving the prison system, in order to be an aid in their socialization process. Therefore, the construction of empirical data was carried out through action research and was carried out in the Social Inclusion Program for Egresses of the Prison System - PrEsp, in the city of Uberaba/MG, through mediated workshops with collaborators who addressed the construction of a newspaper, as a dialogical way of opposing the hegemonic discourse on the stage of symbolic dispute produced by the media culture. In this text, we opted for the research clipping, which concerns the last workshop, in which the collaborators presented the news that was being built during the previous workshops. The results showed that Social Pedagogy, together with media literacy, is a possible path to freedom of expression for people in the moment of leaving the prison system since the collaborators sought to insert their words and regained this denied right through the construction of news that represented you.

Keywords: Social Pedagogy; Media and Information Literacy; Egress from the Prison System; Socialization Process.

¹ Graduada em Pedagogia na FFCL/Ituverava-SP, pela política pública de acesso PROUNI. Vínculo institucional: Doutoranda Universidade Federal de São Carlos - UFSCar Possui experiência de efetivo exercício em docência no Estado de Minas Gerais. É Especialista em Educação de Jovens e Adultos para os Privados de Liberdade pela – UFTM/MG. É Mestre em Educação pela mesma instituição. É Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, na linha de pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade. Integra os grupos de pesquisa NEAB/UFSCar e Educação e relações étnico-raciais. E-mail: marta_soaresdasilva@hotmail.com. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1272211430972368>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8660-861X>

² Doutora em Ciências da Educação (2012) e doutoranda em Psicologia Evolutiva e Didática. - Universidade de Alicante - Espanha. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava (1990), Mestrado em Investigação Educativa (2010) e Desarrollo Local e Innovación Territorial pela Universidad de Alicante - Espanha (2008) e Graduada em Psicologia pela UNED. Atualmente desenvolve atividades de docência em cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Nacional de Educação a Distância - UNED, Design Instrucional para cursos de graduação e pós-graduação e atua como diretora no projeto Educartem, realizando atividades de apoio psicopedagógico e formação profissional. Participando ativamente de Investigações educativas nas áreas de Psicopedagogia, Metodologia Científica e Didáticas Específicas. Colabora com as seguintes linhas de pesquisa: Necessidades Educativas Especiais e Diversidade, Ensino e aprendizagem EaD - Tecnologias Aplicadas à Educação, Educação em Valores, Convivência Escolar e a participação da família na escola e Psicologia do Desenvolvimento. E-mail: educartem@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9495693573641403>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4042-0950>.



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

Introdução: Pedagogia Social

Em razão da Pedagogia Social apresentar um histórico que emerge das necessidades sociais, faz-se importante apresentá-la como arcabouço legítimo para o exercício interventivo junto a jovens e adultos que estão vivenciando o momento de egresso do sistema prisional - ESP. A sua caracterização, em conjunto com sua proposta de prática social intencionalmente interventiva, serve como medida a opor energicamente a situação atual deste grupo, além de vir assegurar o direito da (res)socialização como dever do Estado e com o objetivo de promover a liberdade de expressão.

As necessidades sociais que provocam a constituição da ciência pedagógica e o direito à educação pensa o sujeito educativo, suas demandas e como se constrói neste processo. Desta forma, diferentes correntes pedagógicas foram institucionalizadas e estabelecidas durante seu processo histórico. Toda via Machado (2009), explica que as demandas socioeducacionais atuais exigem um olhar para a escola como parte fundamental do processo, mas um olhar que deve ir além:

Trata da Educação do homem integral, em todas as suas relações com a sociedade, inclui a diversidade individual e social, abrange as transformações e os avanços do conhecimento e se dirige a todas faixas etárias e a todas as etapas da vida (MACHADO, 2009, p. 133).

Diante da ótica da educação do homem integral, suas relações com a sociedade e em todas as faixas etárias, é possível observar as preocupações com a formação do homem para além da escola, uma compreensão que, a exemplo de Freire (1996, p.12), reconhece os humanos como “seres históricos e inacabados”.

Segundo Hans-Uwe Otto (2009), a importância da Educação no desenvolvimento da sociedade já era discutida pelos grandes filósofos clássicos, como Platão e Aristóteles; porém, não estenderam a discussão para a questão da pobreza e da ajuda social.

Os problemas sociais oriundos da industrialização, na metade do século XIX, em especial na Alemanha, motivaram a sistematização da Pedagogia Social como ciência e como disciplina, conforme salienta Caliman (2006), que define a Pedagogia Social no "Dizionario di Scienze dell Educazione", como:

Ciência prática, social e educativa, não formal, que justifica e compreende em termos mais amplos, a tarefa da socialização, e em modo particular a prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização e da falta de satisfação das necessidades fundamentais (CALIMAN, 2006, p. 3).



Embora não traga nesta definição primária a preocupação direta com o ESP é possível concluir o quanto este aporte teórico vem ao encontro de pensar a viabilização da liberdade de expressão neste contexto de vulnerabilidade social, pois, diante da proposta da Pedagogia Social, emergente do contexto dos paradigmas da industrialização, já havia a preocupação em cobrir as ausências de socialização.

Diaz (2006) afirma que a expressão Pedagogia Social e educação social foram usadas pela primeira vez por Diesterweg, em 1850; porém este conceito se resumia apenas em classificar um gênero específico da bibliografia social. Esclarece, ainda, que Paul Natorp (1854) dá ênfase na ideia de que o ser humano é, sobretudo, um ser social, logo, só pode chegar a ser homem mediante as relações entre a comunidade e complementa que “toda atividade educadora se realiza sobre a base da comunidade”. Para melhor contextualização, Loureiro; Casteleiro (2008) afirmam que Natorp é conhecido, hoje, como o idealizador da Pedagogia Sociológica.

Natorp, num período de 1850 a 1920, defendia a ideia de que o homem individual é uma abstração, já que em toda a pessoa subsiste a totalidade da comunidade em que se desenvolve. A comunidade é, para ele, a condição que possibilita todo o progresso e o ideal a que deverá referir-se qualquer ação educativa (DIAZ, 2006. p. 93).

A significância de Natorp é clara na criação da Pedagogia Sociológica, porém diferente de Pedagogia Social. Conforme esclarece Quintana (1988) citado por Diaz (2006):

O que ele criou foi a Pedagogia sociológica, que é algo muito diferente: enquanto a Pedagogia Social é um ramo da Pedagogia, a Pedagogia sociológica é uma tendência, uma escola. Natorp, portanto, é o inventor da denominação Pedagogia Social, mas não o desta ciência pedagógica (QUINTANA, 1988, *apud* DIAZ, 2006, p. 93).

Diaz (2006) formula outros três momentos que compõem a construção histórica da Pedagogia Social: primeiro como fruto dos problemas sociais, como o aumento do desemprego, da delinquência, da falta de proteção social em geral e, em particular, da que se refere à infância e à juventude, provocada pela Primeira Guerra Mundial.

Um segundo momento, 1920-1933, é caracterizado pelo nascimento do “movimento pedagógico social” dos anos 20, associado à figura de Herman Nohl, o qual apresenta uma concepção diferente de Natorp acerca da Pedagogia Social. Mostra uma perspectiva claramente preventiva, quando diz sobre a necessidade de dedicar recursos à



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

prevenção, ajuda e recuperação da juventude. Ao passo que sua orientação pedagógica é “perseguir o bem do sujeito, desenvolver as suas capacidades e também a sua vontade”, além de observar preocupações também ambientais, contextuais, na qualidade da ação pedagógica e a necessidade de ações científicas para dar status científicos à Pedagogia Social, que até esse momento era considerada apenas enquanto proposta. (DIAZ, 2006, p. 94).

Um terceiro momento, descrito também por Casteleiro (2009), afirma que a imposição das ideias de Hitler leva a educação a se manchar de uma ideologia política. Nesse período, que se estende de 1933 a 1949, os representantes teóricos da Pedagogia Social em destaque foram E. Kriek e A. Bäumlér, teóricos que se ocuparam do ideal nacionalista da época e contexto, e por esta razão não trouxeram nenhuma contribuição à Pedagogia Social, pois se limitaram a aplicar a sua teoria da educação aos problemas pedagógicos. Embora não tenham agregado de maneira progressista, é importante explicitar este momento para compreensão dos contornos que a ciência pode vir a tomar quando fomentada em contextos reacionários como o de Hitler. Trata-se de olhar historicamente e beber na fonte desta experiência para buscar que não se repita.

Kriek afirmava que a comunidade, sendo um organismo de vida própria, independe dos indivíduos anteriores a eles. Defendia que a educação se baseasse na comunidade, na raça e no povo. Comungando dos ideais de Hitler de supremacia racial, utilizava a educação para este fim.

Cambi (1999) contrário as antigas concepções da Pedagogia Social, afirma que:

A história é um organismo: o que está antes condiciona o que vem depois; assim, a partir do presente, da Contemporaneidade e suas características, seus problemas, deve-se remontar para trás, bem para trás, até o limiar da civilização e reconstruir o caminho complexo, não-linear, articulado, colhendo, ao mesmo tempo, seu processo e seu sentido. (p. 37).

Desta forma, negar os reflexos históricos na continuação do curso servia apenas ao ideal nazista de Kriek e Hitler, diferente de Cambi (1999), que reconhece que como seres históricos, a história constitui e dá sentido às civilizações.

Nesse sentido Diaz (2016), há um quarto período a partir de 1950, denominado como “Pedagogia Social crítica”, a qual recebe influência da escola de Frankfurt. Acreditava-se que a teoria crítica daria novo caráter reflexivo-crítico a ligação que existe



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

entre a educação e a estrutura social, uma vez que se opondo à teoria tradicional da época, se caracteriza por situações concretas, as quais emergem das demandas sociais:

A tarefa sociopedagógica consiste, em todos os casos, na satisfação de uma necessidade educativa aguda (Pedagogia da urgência), provocada pela estrutura da sociedade moderna. A Pedagogia Social crítica pretende a emancipação humana, analisa as estruturas sociais e procura o seu aperfeiçoamento e transformação (DIAZ, 2006. p. 96).

Trata-se de uma Pedagogia Social que leva em conta a: dialética, autocrítica, investigação estratégica, dar possibilidade de descrever criticamente para transformar os conflitos irracionais, união entre teoria e prática, comunicação e consenso possibilitado por um modelo de ambiente da negociação e da conexão com os diversos sistemas.

Em detrimento deste contexto histórico, Neto; Moura; Silva (2009) reconhecem que a Alemanha é reconhecida como pátria-mãe da Pedagogia Social e Machado (2009) diz que o significado científico, disciplinar e intervencionista da Pedagogia Social tem conceitos diversificados, correspondentes ao contexto em que foi desenvolvida. Entre os países europeus, a Pedagogia Social está presente na Áustria, Espanha, Finlândia, França, Luxemburgo, Grécia, Portugal, Noruega, Rússia, Suíça e Ucrânia, segundo dados de Neto; Moura; Silva (2009).

Os autores relatam que, em 1952, acontece em Amersfoort, Holanda, o I Congresso Internacional da *Asociación Mundial de Educadores Sociales* (AIEJI), sendo um marco inicial no processo histórico da Pedagogia Social, pois o perfil do Educador Social, bem como a regulamentação da profissão, o campo de trabalho e a evolução da terminologia são discutidos gradativa e coletivamente com a participação de Educadores de todas as partes. Até 2009 dezessete congressos aconteceram, em países diferentes, para abordar a Pedagogia Social. De acordo com Neto; Moura e Silva (2009), o Uruguai é a maior referência para a Pedagogia Social na América do Sul, lá está sediada a AIEJI.

Diante disso, Machado (2009), destaca Paulo Freire como o primeiro representante da Pedagogia Social no Brasil, mesmo que não tenha ele próprio se intitulado assim. Sua obra compõe a Pedagogia Social, seu modelo de Educação popular abrange uma Pedagogia não autoritária, influenciando campanhas de alfabetização e na educação em geral, além de ter por objetivo central a conscientização como meio de transformação social.

Para Freire (2003), a educação é uma forma de intervenção no mundo:



Quando falo em educação como intervenção, me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reaccionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta. (FREIRE, 2003, p. 68).

As palavras de Freire remetem à reflexão acerca da educação com fins de intervenção. Como sabiamente destaca, seu significado vai da educação para mudanças sociais até às ideologias elitistas, que entranham a educação por diversas vezes, excluindo os que não se adaptam a ela. De modo que o que vai dar forma e distinguir uma da outra é o pano de fundo dessa educação, ou seja, a quem ensinar, o que ensinar e como ensinar.

É preciso que o educador social que atue nos programas de (re)integração de pessoas em momento de Egressos do Sistema Prisional – ESP, tenha sobretudo, bases de valores em que acredite que não há ação educativa em que também não se aprenda.

Pedagogia social e alfabetização midiática informacional

Nessa perspectiva, se estabelece uma relação entre a Pedagogia Social e a Alfabetização Midiática e Informacional, argumenta-se que, no contexto freiriano, promover o conhecimento para a liberdade de expressão é promovê-la para todos os envolvidos no processo, inclusive para o profissional que possibilita a experiência de aprendizagem.

A Pedagogia Social como ciência da educação, ao ser identificada, por muitos estudiosos de sua área, como o saber que se constrói na Pedagogia, divide espaço e se diferencia da Sociologia, da Antropologia e da História da Educação, por fundamentalmente ter como objetivo intervir na realidade, como ciência normativa por meio do conhecimento, comprometida com o fazer. Apropria-se da análise de indivíduos e da sociedade desenvolvida por outras áreas (MACHADO, 2009).

Em 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), substituiu o currículo mínimo, possibilitou flexibilidade e diversificação de projetos educacionais, logo intensificando debates sobre temas considerados polêmicos por alguns segmentos da sociedade, a formação do pedagogo e suas áreas de atuação.



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

Conforme acrescenta Machado (2002), a sociedade moderna apresenta demandas sócio educacionais que ultrapassam os limites formais e regulares da escola. Para atender essas demandas, insere-se nas reflexões educacionais a educação não-formal, ou seja, a educação para além dos muros escolares e durante toda a vida. Insere a Pedagogia Social nesta reflexão como “ciência que referenda políticas de formação do educador para atuar na área social e como prática intervencionista” (p.2).

A percepção por parte dos pesquisadores como prática de Pedagogia Social expressa seu berço de 1950, no que diz respeito a atenção às demandas sociais, contudo, fica o questionamento e convite a reflexão quanto a lacuna pela ausência da Alfabetização Midiática e Informacional - AMI, uma vez que existe esta demanda e há a necessidade de ofertar possibilidade de representações alternativas do que é posto de forma hegemônica e horizontal nas mídias.

As reflexões acerca da prática da Pedagogia Social são de extrema importância para sua respectiva identidade e também para estabelecer diálogos e fronteiras de suas áreas de intervenção socioeducativa que segundo Machado (2009, p. 134), são “políticos, econômicos, sociais e culturais”.

Isto além de exigir uma nova posição do profissional pedagogo, apresenta-se como caminhos possíveis para obtermos uma sociedade-escola, o que os programas de (res)socialização, buscam concretizar e pode ser potencializado pela inserção da AMI neste contexto.

Levy (1999) postula que seria necessária uma arca para navegar no dilúvio de informações ao qual nos encontramos imersos. Desta forma, ausentar a AMI do processo socializador dos que estão passando por momento de ESP em um mar de informação sem oportunizar meios para sua navegação neste contexto, é omitir a promoção de sua autonomia no que diz respeito ao protagonismo de sua expressão e participação democrática como cidadão.

Conforme observado, as demandas sociais que emergiram historicamente constituíram e transformaram as práticas da Pedagogia Social. Não diferente, a sociedade da informação defendida por Levy (1999), traz novas necessidades para os que estão vivenciando contextos de vulnerabilidade social como egressados do sistema prisional. Diante disto, a AMI é uma “arca” possível para o marear na sociedade da informação, pois



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

empodera os cidadãos ao possibilitar que participem inserindo sua “voz” e seu olhar nas construções discursivas.

A participação dos jovens que estão passando por este período dentro do sistema prisional, possibilita dar voz a uma sociedade-escola, uma vez que insere o contra discurso muitas vezes caracterizado pela mídia e, rotulado a partir de suas realidades e subjetividades.

Deste ponto, os programas intitulados de (res)socialização dos que estão vivenciando os jovens e adolescentes este momento de ESP, agregariam um instrumento a mais de possibilidade de erradicação da reincidência criminal, foco de suas práticas, por isto é importante que a Pedagogia Social inclua a AMI em sua prática.

Pensar se é possível promover a liberdade de expressão dos jovens e adultos que estão vivenciando este período de inserção ao sistema prisional - ESP, é refletir também sobre quais bases educacionais e sociais subsidiarão esta ação. É preciso muita cautela, pois o objetivo é oportunizar que a vida dos que estão passando por momento de ESP e de sua família possam ser transformadas por meio deste exercício de cidadania, e se empoderem com finalidade de contrapor o discurso hegemônico que os rotula de “bandidos”.

A sociedade extramuros carcerária é carregada de construções discursivas execráveis, prontas para excluir e rotular este grupo de jovens cidadãos com o prefixo “ex”, como por exemplo, ex-presidiário. Nascimento (2004, p. 66) conclui que o prefixo “ex” “aponta a presença do passado na identificação social”, mobilizando os sentidos trazidos por esse prefixo, não para marcar uma condição que deixou de ser, mas firmar o fato de ter sido, redizendo sua condição.

Dentre outros, este estigma demarca a necessidade de promover a liberdade de expressão dos jovens e adultos que estão vivenciando este momento de ESP, assegurando-lhe o direito de apropriação da AMI para leitura crítica e produção de conteúdos autorais, que dialoguem de igual para igual com os discursos preconceituosos, de modo a oferecer representações alternativas, ao mostrar sua realidade como cidadão.

Portanto, é primordial que o educador atuante no contexto do processo de socialização do ESP tenha plena consciência da extrema responsabilidade que está em suas mãos, buscando formação profissional, especialização e assumindo o compromisso, os quais estão declarados no Projeto do Educador Social.



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

O Congresso Nacional decretou em 2009, por meio de Projeto de Lei nº 5346/09 (PL 5346/09), escrito por Chico Lopes, a regulamentação da profissão de Educadores Sociais, firmando-a como de “caráter pedagógico e social”, relacionando a realização de ações pedagógicas e formativas. O Artigo segundo dispõe claramente as áreas de atuações da Pedagogia Social:

- I – as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;
- II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;
- III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;
- IV – a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;
- V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária;
- VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;
- VII - o enfrentamento à dependência de drogas;
- VIII – as atividades sócio educativas para terceira idade;
- IX - a promoção da educação ambiental;
- X – a promoção da cidadania;
- XI - a promoção da arte-educação;
- XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira;
- XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos;
- XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer. (LOPES, 2009, online).

Observa-se que, os incisos apresentados declaram a importância do papel do pedagogo social e sua atuação no contexto deste processo de socialização principalmente no que se refere ao período que passam os jovens e adultos ao momento que ingressam no sistema prisional - ESP. Isto se justifica pela relação que há em sua proposta pedagógica frente as necessidades deste grupo específico. A vulnerabilidade social e as marcas institucionais de privação de liberdade são fatores evidentes de uma proposta pedagógica social.

Executar os incisos do PL 5346/09, sobre tudo o disposto no de número X, que trata da promoção da cidadania, passa por assegurar o direito à liberdade de expressão, contrapondo a construção discursiva sobre o ESP. É preciso assegurar seu direito ao acesso, avaliação e uso crítico da informação, o que propõe a AMI para o exercício da cidadania.

O PL 5346/09 teve o texto substituído em 21 de agosto de 2013, na Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público, pelo relator, então deputado Assis Melo. Quanto a formação para a área, permaneceu a exigência mínima do ensino médio como



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

grau de escolarização e foi incluída a possibilidade de formação específica em Pedagogia Social, para que no futuro a carreira pudesse se beneficiar dos cursos superiores e de pós-graduação que já iniciavam as ofertas no Brasil. (MORAES, 2013).

O relator justificou a alteração argumentando que o enfrentamento das graves questões que cercam os cidadãos em vulnerabilidade deveria poder contar com um grupo de profissionais bem preparados, segundo ele: “com formação e competência para atuar no campo social e enfrentar os desafios dele decorrentes, apontando tecnologias mais efetivas para a construção.

Haje (2017), descreve que em novembro de 2017, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, em caráter conclusivo, proposta a regulamentação da profissão do educador social, na Câmara dos Deputados, sendo esta a última tramitação possível de ser apreciada sobre o PL 5346/09.

É importante observar que o artigo segundo, o qual trata das áreas de atuação da Pedagogia Social, bem como no restante do corpo textual, apresenta a promoção da cidadania, porém não traz nada explícito no que tange à promoção da liberdade de expressão e AMI, sendo esta uma lacuna.

Esta lacuna se evidencia no sentido de que o acesso aos direitos de cidadania pressupõe a liberdade de expressão, essa não é uma questão simples. Partindo do que prega o artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de sem interferência, ter opiniões, procurar, receber, transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.”

Nesse contexto, saber acessar, avaliar e usar a informação midiática para resolver um problema surge como habilidade fundamental para o exercício da cidadania no cenário cultural contemporâneo. Ter acesso a internet é só o começo, é preciso também saber negociar sentido com as mensagens, encontrar pontos de vista antagônicos, validar a legitimidade de uma informação e saber produzir conteúdo que seja uma reapropriação crítica daquilo que está em disputa no palco simbólico que é a mídia. É a partir dessa dinâmica que o ESP pode começar a oferecer representações e expressar alternativas ao discurso de ódio e preconceito que comumente o descreve nos meios de comunicação.

No que diz respeito a expressar, a história da humanidade oferta reflexões sobre esta necessidade humana, desde as pinturas nas paredes das cavernas é possível



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

observar a expressão como forma de comunicar. De maneira que a comunicação, mesmo quando silenciada ou deturpada é expressão, uma vez que expõe a violência ou seu ultraje, quer nos discursos dominantes ou em suas ideologias opressoras.

Expressar-se, ou liberdade de expressão é um direito garantido no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual estabelece que: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber, transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.”

No Brasil este direito é garantido pelo Artigo V da constituição de 1988, o qual declara que a manifestação do pensamento é livre, desde que o comunicador se identifique; é livre a expressão da atividade intelectual, artística, sem censura ou licença, bem como ressalva a liberdade da palavra, opinião, consciência, de imprensa, informação, trabalho jornalístico de manifestação, informação e o direito à comunicação.

Nesta investigação a comunicação dialógica crítica é concebida como a via por onde o ser humano ao fazer uso de sua expressão se insere no contexto social, se socializa, se humaniza humanizando o mundo, por esta razão se utiliza da AMI como um dos instrumentos pelo qual a Pedagogia Social deve trazer para pauta e fazer uso nos contextos em que atua, sobretudo nos de grupos em vulnerabilidade social compreendendo – a como parte do processo de socialização.

São as variáveis que definem as dinâmicas de poder entre o que hoje chamamos de “velhas” e “novas” mídias. Assim, o grau de interatividade, as formas de engajamento, a predominância de uma ou outra linguagem, a extensão do público atingido, dentre outros, são aspectos que influenciam no modo como as mensagens deverão ser criticamente analisadas.

Para esta pesquisa, a qual considera as relações de poder nas “velhas mídias”, afinal, os jornais, o rádio e a televisão continuam a propagar estereótipos negativos acerca dos ESP, teve o foco na construção de uma síntese teórica que desse suporte aos dados empíricos que foram construídos e que usou exclusivamente as velhas mídias digitais e algumas de suas linguagens típicas: jornal e fotografia.



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

Pesquisa-ação em campo

Para construção dos dados empíricos a pesquisa-ação foi eleita como método de pesquisa, por possibilitar a construção dos dados empíricos dentro das especificidades da investigação proposta. Conforme descreve Tripp (2005), trata-se de um processo cíclico que busca melhorar a prática pela ação em campo, ao passo que é feita sua investigação. Para tanto, é composta dos momentos de planejamento, descrição e avaliação, na finalidade de melhorar a prática.

Deste modo, na primeira fase realizamos o contato com a instituição PrEsp de Uberaba – MG, momento em que recebemos todas as orientações quanto ao conselho de ética da Secretária de segurança Pública, ao qual submeteríamos a proposta de pesquisa. Após concluir o que foi acordado, iniciou-se a construção dos dados empíricos em campo. O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) de Uberaba-MG, pertence à Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade/Secretaria de Estado de Segurança Pública, localizada em Belo Horizonte. O local destinado aos encontros se localizava ao fundo da sede da instituição, entrávamos por um longo corredor lateral e nos sentávamos para aguardar início. O prédio é alugado e custeado pela prefeitura de Uberaba – MG.

Pretendemos nos parágrafos seguintes, descrever o processo metodológico utilizado para a coleta de dados utilizado nesta pesquisa.

Para a construção dos dados e com a finalidade de mapear as informações, se realizou um acompanhamento do “grupo de dilação”. Especificamente este grupo, está formado por pessoas que estavam assinando pena e que poderiam, ao participar dos encontros, conseguir um espaço maior entre uma assinatura e outra.

Após mapear o exercício da liberdade de expressão dos que estão vivenciando momento de ESP no programa PrEsp, constatou-se que a maioria se posicionou favoravelmente com o processo realizado pela instituição, assinar a presença e retornar para casa, isto é, a observação deste ponto foi de extrema relevância para a organização dos encontros posteriores.

A terceira e última fase do processo de construção dos dados foi dedicada à realização de uma oficina de encerramento. Nesta oportunidade, os colaboradores construíram notícias que retratavam um momento que julgavam terem sido silenciados.



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

Levaram imagens observando os ângulos trabalhados na oficina anterior, para ilustrar os seus textos. Os excertos foram extraídos das notícias construídas durante a oficina.

Abaixo apresenta-se a notícia construída por Cristiano:

[6] “A luta da Vida é difícil mas não Desista!
Isto significa a vida de todos que estão tentando sobreviver, o que não é fácil. Se você não tem uma faculdade fica mais difícil, porque a concorrência é grande. Cristiano não teve oportunidade de estudar, de ter uma formatura, mas aprendeu muita coisa com os anos que trabalhou de engraxate na rua, o que era pra ajudar em casa. Seu pai teve um ano muito ruim, de muita seca, que o quebrou, ficou sem nada. Deus iluminou que com dois anos adquiriu uma vendinha, onde trabalharam juntos por dez anos, e aí Cristiano aprendeu a ser comerciante, que é até hoje a sua profissão.
Sua profissão não é fácil, porque para isto precisa de um bom capital de giro para crescer na vida, a concorrência é grande e dentro do que faz hoje é muito difícil. Passou a ter muitos problemas que aconteceram no dia a dia, mas acredita que se Deus quiser vai dar tudo certo, porque acredita que Deus é fiel e vai ajudá-lo nas conquistas, afirma que já está com uma idade avançada e quer mudar de vida “se Deus quiser.”.

A notícia criada por Cristiano é o meio pelo qual expressa sua história de vida, trazendo a ilustração do menino no trabalho engraxate e da fase adulta na profissão de comerciante, no qual está atualmente. Observa-se que na primeira oficina relatara que o aprendizado com o pai movia seu posicionamento quanto a não se permitir “vendedores ambulantes” no mesmo local de comércio formal, na construção de sua notícia relata a impossibilidade de não ter estudado em razão da necessidade de trabalhar como engraxate, porém reconhece na educação uma forma de facilitar o acesso ao mercado de trabalho.

Cristiano apresenta uma notícia em forma de narrativa, sua informação central apresenta uma denúncia evidenciada no primeiro parágrafo, sobre a dificuldade da vida quanto ao sobreviver. Adiante mostra seu lugar de fala, do trabalho infantil ao qual foi submetido.

Num primeiro momento pode parecer que sua mensagem do ponto de vista da AMI não apresenta informação relevante, contudo, há o início do exercício reflexivo quando consegue constatar a ausência do Estado em assegurar que pudesse ter estudado, ter vivido apara além de sobreviver. Este é um momento que justifica a AMI no arcabouço da Pedagogia Social neste contexto, pois não cabe apenas construir os critérios de ler, se posicionar e criar a informação relevante, mas considerar quem está falando, de que contexto social e partindo daí avançar no processo de liberdade de expressão para além do falar.

Angelina compõe sua notícia:



[7] “Preconceito...Uma causa que nunca chega ao fim HOMOFOBIA
Angelina conta sobre o fato de, aos quatorze anos ter sentido o peso da homofobia na escola, nas ruas e até mesmo no seu próprio lar ao assumir sua sexualidade.

Primeiramente teve o preconceito dentro de sua própria casa ao falar para sua mãe “sou gay”, a reação de sua mãe foi horrível, “prefiro ter um filho ladrão do que um filho veado”. Isto deixou Angelina super chateada e bastante magoada com as palavras de sua mãe.

Na escola sempre era tachada de veadinho, boiola, ele morde a fronha etc. E nas ruas também não é nada diferente, sempre tem um engraçadinho que faz comentários e brincadeiras de mau gosto sobre a sexualidade de Angelina, mesmo havendo Lei ainda não há respeito na sociedade, há lugares onde um homossexual ainda não é aceito.

São assustadores os dados relativos a violência contra homossexuais no país. O Brasil ocupa o vergonhoso primeiro lugar no ranking de violência contra pessoas homossexuais, sendo seis vezes mais violento que o segundo e terceiro lugar, México e Estados Unidos. Respectivamente para a maioria das pessoas a homossexualidade é sem-vergonhice e falta de caráter, o que mostra noções falsas superficial dos fatores familiares, sociais, religiosos e culturais que determinam a sociedade humana.”

Angelina se utiliza da construção de sua notícia para denunciar todas as formas de exclusão que viveu por ser transexual, inclusive no contexto da escola, o qual deveria ter no mínimo preservado seu direito à educação de qualidade como cidadã e possibilitado caminhos para potencializar suas habilidades e combater às formas criminosas de homofobia a qual foi e está exposta.

A notícia apresentada por Angelina possui um diferencial, ela parte de questões individuais e avança no aspecto da informação. No último parágrafo situa o leitor sobre como os índices de violência contra homossexuais são altos e, como esta condição é motivo de vergonha nacional.

José constrói sua notícia:

[9] “O PROCESSO DA ADICÇÃO E O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO

José conta sobre ter sido um menino que teve uma infância muito simples, ainda com quatorze anos sonhava uma bicicleta e roupas melhores. Filho de pais pobres, porém honesto, nasceu em uma cidade no interior de Minas Gerais.

José estudou em um colégio onde teve muitas influências para que se tornasse um homem de bem, porém fez uma escolha errada, começou a fumar cigarro com um círculo de pessoas de sua idade.

Com tanto envolvimento ele não conseguiu dar seguimento na escola, começou uma rotina de vida disfuncional. Conheceu pessoas envolvidas no crime, já fumando maconha e passando noites fora de casa.

Seus pais não sabiam o que fazer, pois a vontade deles era que se tornasse alguém, mas não era a vontade dele naquele momento. José queria adrenalina, algo que lhe desse prazer, satisfação, tinha necessidade de ser reconhecido, por isso se aventurava nas coisas erradas.

Um dia foi apresentado para a cocaína, foi amor à primeira vista, fazia tudo para ter a droga. Começou a roubar dentro de casa, na rua, lojas, e praticar assaltos para manter o uso.



Depois conheceu o crack, a droga da morte, uma droga antissocial, barata, mas sua consequência sai caro. Sua família o colocou pra fora de casa, passou pela exclusão social, não conseguiu mais ter um ciclo de amizade com ninguém, sempre isolado com uma necessidade de atenção, pois ele já não conseguia mais ver o que fizera de sua vida e o sofrimento de seus entes queridos.

Um dia um companheiro da cidade de Votuporanga – SP lhe apresentou um programa de recuperação Narcóticos Anônimos (NA), dentro daquela abordagem foi apresentado alguns princípios que o tornaria uma pessoa sóbria e com qualidade de vida.

José foi convidado a se internar em uma fazenda de recuperação, assim aconteceu em 1996 sua primeira internação, o início de um tratamento. Naquele lugar começou a descobrir o quanto precisava da presença do senhor em sua vida, passou pela fase de adaptação desintoxicação e “ressocialização”.

José ficou naquele lugar um ano e dois meses, resgatou valores, princípios, criou vínculos com pessoas boas e retornou no seio de sua família, iniciando uma vida de renúncias e desprendimento. Ele criou metas e estratégias para dar conta do cotidiano, porque sabia que sua luta era constante todos os dias.”

José procurar noticiar sua história com o que o processo de adicção acarretou à sua vida. No primeiro parágrafo expressa uma visão de que ser um “homem de bem” poderia ter evitado escolhas que considera erradas. Apresenta a escola como um espaço que não o cabia mais após os primeiros contatos com a droga, segue em seu texto relatando o processo de adicção e como foi após ter oportunidade de tratamento em clínica especializada, o que só ocorreu após sua passagem pelo sistema prisional e estar em situação de rua.

José também expõe um sistema escolar excludente, bem como a ausência de política de tratamento para adictos para pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena. Sua notícia representa a si e sua história pode ao chegar aos interlocutores por ele escolhido, universidade UFTM, trazer reflexões com relação aos reflexos da negligência institucional, quer seja escola, prisão ou outras.

Embora não tenha trazido em seu texto, José teve falas e provocações durante as oficinas muito singulares, como o momento no qual identifica que às instituições recebem financiamento para prestarem atendimento ao público e passam uma face de filantropia.

Este colaborador surpreende a todos com sua decisão ao final das oficinas de deixar a instituição de acolhimento para pessoas em situação de rua e faz questão, até o presente momento, de se reportar à pesquisadora e profissionais do PrEsp para relatar como está sendo sua jornada de morar só, trabalho e conquistas pessoais que para o processo desta pesquisa representa um dos pontos mais altos, dada a autonomia construída por José.



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

Aqui se identifica a importância da AMI no contexto da Pedagogia Social pois é preciso partir da perspectiva do homem em construção, do direito a educação em todo tempo da vida sem distinção de espaço, para compreender os avanços na liberdade de expressão de cada colaborador. Não se pode partir de uma noção isolada da AMI, porque não se trata apenas de localizar, criar e transmitir informações relevantes, mas sobre tudo, de que lugar se está falando, para quem esta informação é relevante e as potencialidades do processo criativo para pessoas que a estrutura dominante sempre busca silenciar.

Considerações Finais

Embora a Pedagogia Social apresenta-se como “ciência que referenda política de formação do educador para atuar na área social e como prática intervencionista” (MACHADO, 2009, p.2), não contempla em seu Projeto de Lei a AMI, a qual expressa a intervenção da Pedagogia Social no sentido do empoderamento do ESP, na contraposição de produções discursivas hegemônicas que só o acusam e desqualificam, corroborando para que se sintam sem mérito de acesso.

Observa-se que o sistema educacional está considerado como um pilar cheio de possibilidades para que o indivíduo possa potencializar as suas qualidades e desenvolver suas habilidades em um contexto social. Na passagem por unidades privativas de liberdade, as quais o dever é de contribuir para o processo de socialização, observa-se a prática de controle do corpo como política de segurança pública. Que tipo de sociedade se obtém do conjunto de falhas e ausências destas instituições?

Com base no que se tem de sistema penal nacional não bastam apenas programas de (re)socialização para assegurar o direito à liberdade de expressão, é urgente aumentar o direito de acesso desde a base, sobretudo para os que constituem grupos de vulnerabilidades. Ainda que óbvio, é preciso ser demarcado, haja vista que no atual momento político se denomina investimento em Educação e saúde como “gasto”, defende-se o Estado mínimo e responsabiliza a classe operária por não fazerem investimentos.

Por esta razão, faz-se necessário deixar expresso que não único, mas um dos pilares do processo de socialização de ESP é a educação em sua integralidade, para



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

além do acesso à saúde, habitação, alimentação e a liberdade de expressão. Ou se mexe na estrutura ou os programas de (re)socialização podem ficar como uma maquiagem humanizada de um Estado que se retroalimenta da reincidência criminal.

Quanto às oficinas de AMI no arcabouço da Pedagogia social, com finalidade de responder a questão central desta investigação, é possível promover a liberdade de expressão dos que estão vivenciando momento de ESP? Os dados evidenciam que este é um dos caminhos possíveis para promover liberdade de expressão com ESP, bem como outros questionamentos perpassam e emergem desta vivência, sobretudo com relação ao papel das instituições com relação à liberdade de expressão e suas implicações no processo de socialização.

Diante das evidências desta investigação, a AMI no contexto da Pedagogia Social com ESP se mostrou como um caminho possível para promover a liberdade de expressão de pessoas que estão vivenciando momento de ESP, pois quando os colaboradores aceitam participar da investigação compondo um jornal, sem a possibilidade de dilação da pena mostram seu desejo de se expressarem.

Para esta investigação que considerou liberdade de expressão para além do que é declarado do Artigo 19 dos Direitos Universais Humanos e do Artigo V da constituição brasileira, mas agregando aí o que Freire (2010) conceitua por comunicação dialógica, uma via por onde o ser humano para além de dizer sua palavra e informar sem censura, reconquista o direito negado à palavra, ter como resultado construção de notícia que parte de sua história de vida para informar, para representar a si não como ESP, mas como ser humano, é poder dizer que se avançou na liberdade de expressão.



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21ª ed. atual. eampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

CALIMAN, Geraldo. **A Pedagogia Social na Itália**. In: NETO, João; SILVA, Roberto; Moura Rogério (Orgs.). *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo, UNESP (FEU), 1999. 690 p.

DIAZ, André Soriano. **Uma Aproximação à Pedagogia**: Educação social. Revista Lusófona de Educação, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 26 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2003.

HAJE, Lara. **Câmara aprova regulamentação da profissão de educador social**. Câmara dos Deputados. 2017. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/547754-CAMARA-APROVA-REGULAMENTACAO-DA-PROFISSAO-DE-EDUCADOR-SOCIAL.html?fbclid=IwAR25laKPcoGCrH5IXXf15rCW29F6wJz7KA-bSjyeBUAwAds0IWH2ytWAH6g>>, acesso em: out. 2019.

LÉVY. Pierre. **Cibercultura**. 2 ed. Editora 34: São Paulo, 1999.

LOPES, Chico. **Projeto de Lei 5346/09**. Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=49BE5D3BC221D06B70F6C135421E9E4E.proposicoesWebExterno2?codteor=661788&filename=Tramitacao-PL+5346/2009> Acesso em abril de 2019.

LOUREIRO, Manuel, CASTELEIRO, Steven. A Pedagogia Social em Portugal. In: NETO, João; SILVA, Roberto; Moura Rogério (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009. p. 83-93.

MACHADO, Evelcy Monteiro. A Pedagogia Social: Reflexões e diálogos necessários. In: NETO, João; SILVA, Roberto; Moura Rogério (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

NETO, João; SILVA, Roberto; MOURA, Rogério. **Pedagogia Social** (Orgs). São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

OTTO, Hans-Uwe. Origens da Pedagogia Social. In: NETO, João; SILVA, Roberto; Moura Rogério (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009. pp. 29-42.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.



SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C.

Como citar este artigo (ABNT)

SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C. **Alfabetização midiática como instrumento da pedagogia social no processo de socialização de pessoas em momento de egresso do sistema prisional.** Revista Iniciação & Formação Docente, Uberaba, MG, v. 9, n. 1, p. XXX-XXX, 2022. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

SILVA, M. S.; DIAS, C. M. C. (2022). **Alfabetização midiática como instrumento da pedagogia social no processo de socialização de pessoas em momento de egresso do sistema prisional.** Revista Iniciação & Formação Docente, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.